



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**  
**Processo 0600729-84.2018.6.02.0000**

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS (11531) - 0600729-84.2018.6.02.0000 - Maceió - ALAGOAS

RELATOR: Desembargador OTAVIO LEO PRAXEDES REQUERENTE: ELEICAO 2018 MELQUEZEDEQUE FARIAS ROSA GOVERNADOR, MELQUEZEDEQUE FARIAS ROSA Advogado do(a) REQUERENTE: Advogado do(a) REQUERENTE: JULIANO ALESSANDER LOPES BARBOSA - DF31816

**EMENTA**

ELEIÇÕES 2018. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. CARGO. GOVERNADOR. CITAÇÃO DO CANDIDATO. PRAZO TRANSCORRIDO IN ALBIS. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONFIGURADA. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. IMPOSSIBILIDADE DO CANDIDATO OMISSO OBTER CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL ATÉ O PERÍODO CORRESPONDENTE AO TÉRMINO DA ATUAL LEGISLATURA, PERSISTINDO AINDA OS EFEITOS ATÉ A EFETIVA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS. RECEBIMENTO DE RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS GASTOS. NECESSIDADE DE DEVOLUÇÃO AO TESOURO. INTELIGÊNCIA DO ART. 82, §1º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.553/2017. ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL. APURAÇÃO, SE FOR O CASO, DOS CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 350 E 354-A DO CÓDIGO ELEITORAL.

Acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em julgar NÃO PRESTADAS as contas de campanha do senhor MELQUEZEDEQUE FARIAS ROSA, candidato ao cargo de Governador pelo PCO no pleito de 2018, nos termos do voto do Relator.

## RELATÓRIO

Cuidam os autos da omissão do candidato MELQUEZEDEQUE FARIAS ROSA quanto à prestação de contas de campanha, referente às Eleições de 2018, ocasião em que disputou o cargo de Governador pelo PCO.

Citado para apresentar suas contas no prazo de 03 (três) dias, conforme preveem os artigos 52, §6º, IV e 101, §4º da Resolução TSE nº 23.553/2017 combinados com o art. 8º da Resolução TSE nº 23.547/2017, o candidato deixou transcorrer in albis o prazo assinalado.

Oficiando nos autos, o Ministério Público Eleitoral apresentou o parecer (id. 778413), opinando pela declaração de não prestação das contas de campanha, nos termos do art. 30, IV, da Lei 9.504/97 e art. 77, IV, "a", da Resolução TSE nº 23.553/2017. Pugnou, ainda, pela devolução dos valores recebidos do FEFC tendo em vista a ausência de comprovação de sua efetiva e regular aplicação na campanha.

Éo relatório, em síntese.

## VOTO

O presente feito traz à apreciação deste Tribunal a omissão de prestação de contas de campanha de MELQUEZEDEQUE FARIAS ROSA, candidato ao cargo de Governador pelo PCO no pleito de 2018.

De acordo com o art. 48, I, §§3º, 8º e 11º da Resolução TSE nº 23.553/2017, comandos que regulamentam a Lei nº 9.504/97, abaixo transcritos, todo candidato tem o dever de prestar contas à Justiça Eleitoral mesmo que renuncie à candidatura, dela desista, seja substituído ou tenha seu registro indeferido, e ainda que não tenha realizado campanha e sem movimentação de recursos, financeiros ou estimáveis em dinheiro.

Res.-TSE nº 23.553/2017:

Art. 48. Devem prestar contas à Justiça Eleitoral:

I – o candidato;

(...);

§3º O candidato elaborará a prestação de contas, que será encaminhada à autoridade judicial competente para o julgamento das contas, diretamente por ele, no prazo estabelecido no art. 52, abrangendo, se for o caso, o vice ou o suplente e todos aqueles que o tenham substituído, em conformidade com os respectivos períodos de composição da chapa.

(...);

§8º O candidato que renunciar à candidatura, dela desistir, for substituído ou tiver o registro indeferido pela Justiça Eleitoral deve prestar contas em relação ao período em que participou do processo eleitoral, mesmo que não tenha realizado campanha.

(...);

§11. A ausência de movimentação de recursos de campanha, financeiros ou estimáveis em dinheiro, não isenta o partido político e o candidato do dever de prestar contas na forma estabelecida nesta resolução.

Em razão da omissão, o candidato foi devidamente citado para apresentar, no prazo de 03 (três) dias, as contas de campanha, a teor dos artigos 52, §6º, IV e 101, §4º da Resolução TSE nº 23.553/2017 combinados com o art. 8º da Resolução TSE nº 23.547/2017, todos transcritos abaixo.

Res.-TSE nº 23.553/2017:

Art. 52 –As prestações de contas finais referentes ao primeiro turno de todos os candidatos e de partidos políticos em todas as esferas devem ser prestadas à Justiça Eleitoral até o trigésimo dia posterior à realização das eleições.

(...);

§6º Findos os prazos fixados neste artigo sem que as contas tenham sido prestadas, observar-se-ão os seguintes procedimentos:

(...);

IV - o omissor será citado para, querendo, manifestar-se no prazo de 3 (três) dias;

(...);

VI - permanecendo a omissão, as contas serão julgadas como não prestadas (Lei nº 9.504/1997, art. 30, IV).

Art. 101. As intimações relativas aos processos de prestação de contas devem ser feitas na pessoa do advogado constituído pelo partido político ou pelo candidato, devendo abranger:

(...);

§4º Na hipótese de não haver advogado regularmente constituído nos autos, o candidato e/ou partido político, bem como o presidente, o tesoureiro e seus substitutos, devem ser notificados pessoalmente na forma do art. 8º da resolução que dispõe sobre as representações e reclamações para as eleições, para que, no prazo de 3 (três) dias, constitua defensor, sob pena de serem as contas julgadas não prestadas.

Res.-TSE nº 23.547/2017:

Art. 8º Recebida a petição inicial, a Secretaria Judiciária providenciará a imediata citação do representado, preferencialmente por meio eletrônico, para, querendo, apresentar defesa no prazo de 2 (dois) dias, exceto quando se tratar de pedido de direito de resposta, cujo prazo será de 1 (um) dia.

Assim, em que pese ter sido notificado e cientificado das consequências de sua omissão, o candidato não apresentou as contas no prazo previsto pela legislação eleitoral, mantendo-se inerte quanto às obrigações legais decorrentes da contabilidade de sua campanha.

Da análise dos autos observa-se que a unidade técnica registrou (informação id. 722013 e documentos ids. 722063, 722113, 722163, 722213 e 722263), com base em informações extraídas do Sistema de Prestação de Contas de Campanha (SPCE Web), que o candidato abriu contas bancárias para movimentar recursos da campanha no Banco do Brasil, Ag. 3393, contas nº 557951, nº 557978 e nº 557960, não apresentando movimentação financeira.

A Comissão de Exame de Contas de Campanha –CEC 2018 informou, ainda, que o candidato não recebeu recursos do Fundo Partidário, nem de fonte vedada ou de origem não identificada.

Identificou, porém, que o candidato recebeu recursos do FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC), no montante de R\$ 600,00 (seiscentos reais), doados pela Direção Nacional do PCO, sem comprovação da sua efetiva e regular aplicação na campanha, sugerindo o recolhimento desse valor ao Tesouro Nacional.

A omissão do candidato no dever de prestar contas da campanha faz incidir a regra disposta no artigo 83, I, da Resolução TSE nº 23.553/2017, verbis:

Res.-TSE nº 23.553/2017, art. 83.

Art. 83. A decisão que julgar as contas eleitorais como não prestadas acarreta:

I - ao candidato, o impedimento de obter a certidão de quitação eleitoral até o final da legislatura, persistindo os efeitos da restrição após esse período até a efetiva apresentação das contas.

Devo registrar ainda que, nos termos do §1º, do art. 82, da Resolução TSE nº 23.553/2017, verbis:

Res.-TSE nº 23.553/2017, art. 82.

§1º. Verificada a ausência de comprovação da utilização dos recursos do Fundo Partidário e/ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) ou a sua utilização indevida, a decisão que julgar as contas determinará a devolução do valor correspondente ao Tesouro Nacional no prazo de 5 (cinco) dias após o trânsito em julgado, sob pena de remessa de cópia digitalizada dos autos à representação estadual ou municipal da Advocacia-Geral da União, para fins de cobrança.

Diante do exposto, na esteira dos Pareceres da Comissão de Exame de Contas de Campanha –CEC 2018 e do Ministério Público Eleitoral, julgo NÃO PRESTADAS as contas de campanha do senhor MELQUEZEDEQUE FARIAS ROSA, candidato ao cargo de Governador pelo PCO no pleito de 2018.

Considerando a não comprovação da utilização dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), determino que, após o trânsito em julgado desta decisão, o candidato seja notificado, na forma da legislação de regência, para, no prazo de 05 (cinco) dias, devolver o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) ao Tesouro Nacional, em face da ausência de comprovação do uso de recursos públicos em gastos de campanha, sob pena de remessa de cópia digitalizada dos autos à representação estadual da Advocacia-Geral da União, para fins de cobrança.

Por derradeiro, determino que as Unidades competentes deste Regional:

1. Providenciem, com o trânsito em julgado, o registro do julgamento das contas NÃO PRESTADAS no Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias (SICO);
2. Seja cientificado o Cartório Eleitoral correspondente acerca do teor do presente acórdão para que anote no cadastro eleitoral do candidato a situação de inadimplência;
3. Seja encaminhada cópia integral dos autos à Procuradoria Regional Eleitoral de Alagoas, para fins de apuração, se for o caso, dos crimes previstos nos Arts. 350 e 354-A1 do Código Eleitoral.

É como voto.

Des. OTÁVIO LEÃO PRAXEDES

Relator

1 Código Eleitoral:

Art. 350. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais:  
Pena - reclusão até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa, se o documento é público, e reclusão até três anos e pagamento de 3 a 10 dias-multa se o documento é particular.

Art. 354-A. Apropriar-se o candidato, o administrador financeiro da campanha, ou quem de fato exerça essa função, de bens, recursos ou valores destinados ao financiamento eleitoral, em proveito próprio ou alheio: (Incluído pela Lei nº 13.488, de 2017)  
Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 13.488, de 2017).

